

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO CELSO DE MELLO DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERALAutos de Inquérito Policial n.º 4831/STF

SÉRGIO FERNANDO MORO, já devidamente qualificado, vem mui
respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por meio de seus advogados adiante assinados,
expor e requerer.

1. Em data de ontem (06/05/2020) o Exmo. Advogado Geral da União
peticionou a Vossa Excelência requerendo a reconsideração da decisão que determinou ao Planalto
a entrega, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, de cópia dos registros audiovisuais de reunião
ministerial ocorrida no dia 22 de abril de 2020.

2. Fundamentando o pedido, asseverou a AGU (grifamos):

"... seja avaliada a possibilidade de *reconsiderar* a entrega de cópia
de eventuais registros audiovisuais de reunião presidencial ocorrida
no dia 22 de abril de 2020, **pois nela foram tratados assuntos
potencialmente sensíveis e reservados de Estado, inclusive de
Relações Exteriores**, entre outros."

3. Em data de hoje (07/05/2020), **novamente** a AGU veio aos autos para requerer que a entrega da gravação “se restrinja apenas e tão somente a eventuais elementos que sejam objeto do presente inquérito”.

4. Com todo respeito aos argumentos utilizados, parece óbvio, em primeiro lugar, que em uma reunião entre autoridades de tão alto escalão, devem ter sido, realmente, tratados assuntos de relevância nacional.

5. Contudo, tal circunstância **não é suficiente para que o registro do encontro possa ser colocado INTEGRALMENTE a salvo do exame judicial e policial a ser realizado nesta investigação**, notadamente em razão de sua **importância para o deslinde dos fatos objeto do presente apuratório**.

6. Anota-se que, em seu depoimento prestado à autoridade policial no último dia 02 de maio de 2020, o Requerente destacou a relevância de manifestações incisivas do Exmo. Presidente da República no mencionado encontro, especialmente vinculadas ao **desejo de troca da Direção Geral da Polícia Federal, do Superintendente da Polícia Federal do Rio de Janeiro e inclusive do próprio Ministro da Justiça, além da intenção de obter relatórios de inteligência junto a referidos órgãos policiais, todos assuntos essenciais para o futuro deste Inquérito Policial**.

7. Eventuais **colocações constrangedoras do Exmo. Presidente da República**, passíveis de constatação durante esta reunião, sobre estes ou outros assuntos ali tratados, não são motivos aptos a impedir o atendimento da determinação de Vossa Excelência, pois não se revelam “segredo de estado” (como referido pela AGU, que estejam ligados, por exemplo, às Relações Exteriores), estes sim, uma vez detectados no exame a ser realizado por Vossa Excelência sobre os tais registros audiovisuais, passíveis de proteção através de sigilo parcial.

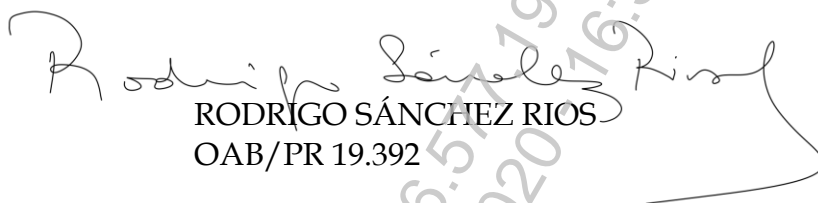
8. Por outro lado, destacar trechos que são ou não importantes para investigação é tarefa que não pode ficar a cargo exclusivo do investigado, mormente porque tal expediente não garante a integridade do elemento de prova fornecido, pois não examinado

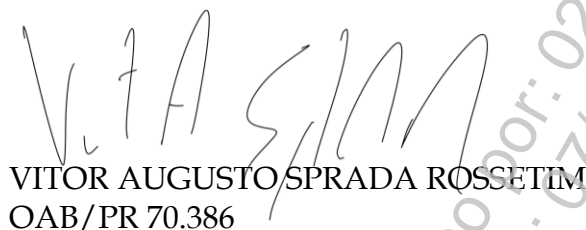
previamente tanto pela autoridades responsáveis como pela própria Defesa do Requerente, igualmente interessada na apuração da verdade dos fatos.

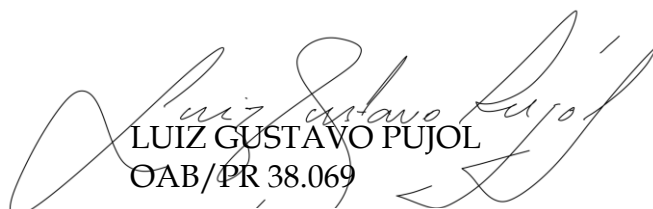
9. Assim sendo, requer-se, novamente com todo respeito ao ofício do Exmo. Advogado Geral da União, a manutenção da decisão de outrora proferida acerca da necessidade de entrega, pelo Planalto, no prazo assinado, da gravação INTEGRAL da reunião ministerial levada a efeito no dia 22 de abril de 2020, cabendo a Vossa Excelência, oportunamente, adotar as providências cabíveis para salvaguardar o sigilo de elementos que possam oferecer alguma espécie de risco à segurança do Estado.

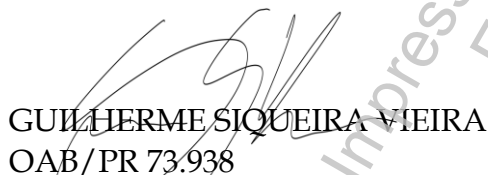
Nestes termos,
Pede deferimento.

De Curitiba/PR para Brasília/DF, 07 de maio de 2020.


RODRIGO SÁNCHEZ RIOS
OAB/PR 19.392


VITOR AUGUSTO SPRADA ROSSETIM
OAB/PR 70.386


LUIZ GUSTAVO PUJOL
OAB/PR 38.069


GUILHERME SIQUEIRA VIEIRA
OAB/PR 73.938


CARLOS EDUARDO TREGLIA
OAB/PR 37.525

